

EQUÍVOCO

Índio não é 'pessoa humana'

FRASE FOI DITA PELO PRESIDENTE DA ALE E DO PARLAMENTO AMAZÔNICO, DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS. COORDENADOR DA COIAB NÃO VÊ PRECONCEITO, MAS CONSIDERA UM ATRASO

Declarações do novo presidente do Parlamento Amazônico, deputado estadual Lupércio Ramos (PFL) repercutiram mal nas entidades que representam as comunidades indígenas e defendem o patrimônio ambiental da região. Na tentativa de explicar o seu plano de trabalho para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira, Lupércio não teria incluído os índios na estatística que aponta quase 19 milhões de habitantes na região. Os povos indígenas, portanto, estariam fora do tema do 1º Seminário Internacional do Parlamento Amazônico, "O homem da Amazônia. A Amazônia do Homem", a ser realizado nos dias 2 e 3 de junho deste ano, em Belém, Pará.

"O mundo todo mete a colher na política federal para o meio ambiente. Nós também vamos meter. Nossa proposta de desenvolvimento é deslocar o debate para a questão do homem", declarou Lupércio em entrevista concedida anteontem. O deputado chegou a afirmar que hoje existem 18 milhões de "pessoas humanas" vivendo na Amazônia, que convivem com borboletas, plantas e "índios", que estariam sendo privilegiados em detrimento do "homem". Na declaração do deputado, os quase 220 mil indígenas que vivem na Região Amazônica e que representam mais de



Alberto César Araújo

SOMOS GENTE Anteontem, representantes indígenas foram às ruas protestar contra os 500 anos do descobrimento do Brasil

60% do total de índios do País, não são pessoas humanas".

Afirmando que os índios são homens como outro qualquer e que possuem conhecimentos e sabedoria próprios, o coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coaiab), Euclides Pereira, considerou "infeliz" a declaração do deputado. "Ela reflete uma opinião que já

está no sangue, na cabeça, de muita gente, que diz que o índio deve usar tanga e andar de arco e flecha. Mas não acho que seja uma declaração preconceituosa. E, sim, atrasada pois vê o índio apenas como um elemento natural", opina.

Euclides acha que o plano de desenvolvimento da região não pode primar só por alguns grupos. Ele ressalta que as áreas indígenas corres-

pondem a 20% do território da Amazônia e os próprios índios têm posto em prática propostas de desenvolvimento auto-sustentável. "Existe um potencial enorme de produtos e essências pouco utilizado e que deve ser valorizado", afirma.

Ainda segundo o coordenador da Coiab, o fato de que o meio ambiente tem sido privilegiado nos debates internacionais sobre a

Amazônia também é motivo de discussão entre os índios. "Conversamos muito sobre isso. A Amazônia não é só jacaré e plantas. A preservação da natureza tem que andar com o desenvolvimento socioeconômico", afirma.

INDEPENDÊNCIA AMAZÔNICA

Lupércio Ramos leva a sério sua proposta de "incendiar o

debate". Segundo ele, um ponto importante a ser levantado no Parlamento Amazônico é a independência da região em relação aos demais Estados da Federação. "Acho que essa é uma boa proposta para se discutir. Temos uma riqueza extraordinária e, em termos ambientais, deixaríamos de carregar São Paulo nas costas", afirma.

No Seminário Internacional, cada um dos Estados que compõem o Parlamento Amazônico deve apresentar duas questões fundamentais ligadas ao desenvolvimento regional. A partir das propostas, um grupo de técnicos vai elaborar um relatório que será entregue à Comissão de Notáveis.

Essa Comissão de Notáveis será formada por até duas pessoas de cada Estado, apontadas pelas respectivas Assembléias Legislativas. Os notáveis devem estar ligados à Amazônia, tendo desenvolvido algum tipo de trabalho na região. Eles se encarregarão de elaborar o documento final, que será apresentado como proposta de desenvolvimento da região no Congresso Nacional. Como parte do trabalho, eles devem acompanhar o andamento do caso, numa espécie de lobby "pró-Amazônia".

Para participar do Conselho pelo Amazonas, já foi apontado o nome do senador Gilberto Mes-trinho. Outro nome com boas chances de ser indicado é o do governador Amazonino Mendes. Lupércio Ramos deve pedir licença à ALE para começar o que ele chamou de "peregrinação" pelos Estados que compõem o Parlamento. O objetivo é sensibilizar os presidentes das Assembléias, no sentido de que participem da discussão para o desenvolvimento da Amazônia.

REUNIÃO DE FORÇAS

Inpa pode ajudar no desenvolvimento

A interação do homem com a natureza não pode ser feita de forma predatória. O alerta é do vice-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, Hiroshi Noôda. Ele afirma que qualquer tipo de proposta mais "geral" para a região, como o plano a ser elaborado pelo Parlamento Amazônico, tem que cumprir quatro regras básicas: a manutenção da sociodiversidade, a preservação da biodiversidade, a presença da floresta como um elemento permanente da paisagem, e a aplicação da sustentabilidade. "A proposta tem que ser qualificada senão corremos o risco de provocar impactos na natureza. Casos como a agropecuária no Pará e a construção da usina hidrelétrica de Balbina, que causaram danos ao meio ambiente, não podem se repetir", diz Hiroshi. Segundo ele, a maioria das propostas para acumular riquezas, como por exemplo a exploração da madeira, acaba trazendo benefícios apenas para determinados grupos. O vice-diretor do Inpa afirma também que qualquer proposta que tenha como objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população, deve primar pela conservação da bio-sociodiversidade. Não adianta melhorar vida do homem na Amazônia pensando só no hoje. Sem a diversidade biológica e social, o amanhã dificilmente propiciará a manutenção de ganhos "imediatistas". O Inpa, apesar de não ter sido citado por Lupércio, pode ser um importante aliado na hora da formulação de um plano de desenvolvimento para a região. O Instituto publicou dois livros que reúnem resultados de pesquisas que podem ser usadas para melhorar a vida dos homens da Amazônia. "Nossa missão é gerar tecnologia e conhecimento em benefício da população", declara Hiroshi.



Divulgação

PRESIDENTE Lupércio foi aclamado na reunião de Cuiabá

Sem ideologias partidárias

O Parlamento Amazônico foi criado em Manaus, em agosto do ano passado, com o objetivo de unir o pensamento político sobre a Amazônia. A entidade integra os deputados estaduais do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, mas não é restrita aos parlamentares estaduais. Lupércio Ramos é o segundo presidente a assumir a entidade. Ele chegou ao cargo por aclamação, já que não havia outros candidatos. Lupércio faz questão de

usar que dentro do Parlamento, não existem partidos políticos. "O único partido é chamado Amazônia", afirma ele. Cada presidente fica no cargo durante seis meses, sendo que as reuniões são realizadas de maneira itinerante.

A partir de agora, o Parlamento estará voltado para a discussão de problemas ligados ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da Amazônia, que deve resultar num plano de desenvolvimento para a região para ser apresentado no Congresso Nacional.